



Aprovada nova meta fiscal com deficit de R\$ 170,5 bilhões

Após mais de 16 horas, Parlamento acata previsão do governo Temer para resultados nas contas públicas deste ano

A proposta do governo Michel Temer que revê o cálculo das contas públicas do país para 2016 foi aprovada nesta madrugada por senadores e deputados e segue para sanção. O superavit de R\$ 24 bilhões previsto originalmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias transformase em um deficit de R\$ 170,5 bilhões. Se não conseguisse aprovar a nova meta fiscal, o governo teria de cortar R\$ 137,9 bilhões nas despesas não obrigatórias. A sessão — que também analisou vetos — começou às 11h28 de ontem e terminou às 3h57 de hoje. **5**



Moreira Imiz/Agência Senado

Renan Calheiros (3º à mesa) preside a sessão em que senadores e deputados aprovaram as novas estimativas do governo

Congresso derruba veto e autoriza anistia para PMs

Decisão beneficia revisitas de 2014 no Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso do Sul e Paraná. Outros dois vetos foram derrubados e 20, mantidos. **3**

Romero Jucá volta ao Senado e explica previsão de deficit

Senador reassumiu mandato e falou sobre o afastamento do ministério e a ampliação do orçamento negativo encaminhada pelo governo Temer. **4**

Cientistas dizem que fusão de ministérios foi erro

Gerardo Magela/Agência Senado



Lasier Martins (C) conduz audiência pública com cientistas

Em audiência pública no Senado, representantes de entidades científicas disseram que foi um retrocesso a decisão do presidente interino Michel Temer de fundir o Ministério das Comunicações e o da Ciência, Tecnologia e Inovação. Para eles, este último deveria continuar sendo um ministério à parte. Eles receiam que as áreas de ciência, tecnologia e inovação passem a receber menos verbas públicas e sofram um retrocesso. Senadores concordaram com os argumentos dos cientistas e defenderam a divisão do novo ministério. **7**

Debate: medida deve aprimorar serviços de aviação

Em debate na comissão mista que prevê o fim do adicional de tarifa aeroportuária e o aumento da participação estrangeira no capital das companhias aéreas brasileiras, ontem, especialistas disseram acreditar que

a MP 714/2016 tem potencial de aumentar a concorrência no setor e, com, isso, melhorar os serviços dos aeroportos, aumentar as rotas aéreas dentro do Brasil e reduzir o preço das passagens, especialmente para o interior. **8**

Roque de Sá/Agência Senado



Thiago Pedrosa, Rogério Teixeira Coimbra, Zé Geraldo, Hélio José, Carlos Vuyk de Aquino e Ricardo Bisinotto Catanant



Gerardo Magela/Agência Senado

Jorge Viana preside sessão, entre José Agripino e Eduardo Amorim

Empresários têm trabalho reconhecido pela Casa

Jandir José Milan, José Augusto Vieira e Abilio Diniz receberam em sessão especial o Diploma José Ermírio de Moraes. A premiação reconhece a contribuição de personalidades da indústria à economia e ao desenvolvimento sustentável do país.

Milan é presidente da Federação das Indústrias de Mato Grosso e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Vieira lidera o conglomerado Maratá, de Sergipe, com empresas atuantes em vários segmentos, como alimentos, descartáveis, embalagens plásticas, construção civil e exportação.

Diniz, que foi representado por Fábio Varella, criou o Grupo Pão de Açúcar e preside os conselhos de administração da Península Participações, da BR Foods e do Grupo Carrefour. **2**

Ministro dirá se militares vigiaram movimento social **6**

Texto endurece Lei Anticorrupção para empresas **7**

Veículo terá de usar farol em estrada durante o dia **2**

PEC aumenta compensação de fundo estadual **6**

Relatório final da CPI do HSBC deve ser votado hoje **2**

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Fábio Varella (representando Abílio Diniz), Jandir José Milan e José Augusto Vieira receberam homenagem em Plenário

Senado concede Diploma José Ermírio de Moraes

Diploma é destinado a agradecer personalidades de destaque no setor da indústria que tenham oferecido contribuições relevantes à economia, ao desenvolvimento e ao progresso do país

OS EMPRESÁRIOS JANDIR José Milan, José Augusto Vieira e Abílio Diniz foram homenageados ontem, em sessão especial do Senado, com o Diploma José Ermírio de Moraes 2016. Abílio Diniz, que não compareceu, foi representado por Fábio Varella, que recebeu o diploma das mãos do senador José Agripino (DEM-RN).

Os senadores Ricardo Franco (DEM-SE) e Eduardo Amorim (PSC-SE) entregaram o diploma ao empresário José Augusto Vieira, do estado de Sergipe. O senador Cidinho Santos (PR-MT) homenageou o empresário Jandir José Milan, radicado em Mato Grosso.

Antes da entrega do diploma ao representante de Abílio Diniz, o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), lembrou que o empresá-

rio, ao lado de seu pai, criou e desenvolveu o grupo varejista Pão de Açúcar. Atualmente, acrescentou, é presidente dos conselhos de administração da Península Participações, da BR Foods e do Grupo Carrefour (na França) e Carrefour Brasil.

Quando José Augusto Vieira, o vice-presidente contou que ele iniciou sua atuação na atividade industrial com a implantação de uma unidade fabril de torrefação de café. Hoje lidera a Maratá, responsável por um conglomerado de empresas atuantes em vários segmentos do mercado, como alimentos, descartáveis, embalagens plásticas, construção civil e exportação.

Sobre Jandir José Milan, Jorge Viana destacou que o empresário nasceu em Concórdia (SC) e chegou à capital de Mato Grosso em 1980 para

implantar a empresa Milan Móveis. O senador disse que Jandir atualmente é presidente da Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria para o período de 2014 a 2018.

Os homenageados foram saudados pelos senadores Eduardo Amorim, Cidinho Santos, Ricardo Franco e José Medeiros (PSD-MT) e pelo deputado Laércio Oliveira (SD-SE), que destacaram a importância deles para o empreendedorismo nacional.

O Diploma José Ermírio de Moraes é destinado a agradecer personalidades de destaque no setor da indústria que tenham oferecido contribuições relevantes à economia, ao desenvolvimento sustentável e ao progresso do país. Essa é a sétima edição do diploma.

Lei regula uso de farol durante o dia em rodovias

Foi publicada ontem lei que determina o uso obrigatório de farol baixo durante o dia em rodovias. A Lei 13.290/2016 tem origem em projeto da Câmara aprovado no Senado no fim de abril (PLC 156/2015).

O objetivo é aumentar a segurança nas estradas, conforme defendeu o relator do projeto no Senado, senador José Medeiros (PSD-MT), que atuou como policial rodoviário federal por 20 anos. Para ele, trata-se de procedimento bastante simples que deverá contribuir para a redução da ocorrência de acidentes frontais nas rodovias e salvar inúmeras vidas.

— O trânsito brasileiro é um dos que mais matam no mundo. São quase 50 mil vítimas fatais por ano. Essa proposta,

além de não ter custos, pode resultar em menos acidentes — afirmou José Medeiros.

A baixa visibilidade foi apontada pelo autor da proposta, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), como uma das principais causas de acidentes de trânsito nas rodovias. Segundo Bueno, “os condutores envolvidos continuam relatando que não visualizaram o outro veículo a tempo para tentar uma manobra e evitar a colisão”.

A nova lei altera o Código de Trânsito Brasileiro. Apesar de o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) já ter editado uma resolução recomendando o uso de farol baixo nas rodovias durante o dia, o entendimento é de que só uma norma com força de lei levaria os motoristas a adotar a medida.

Foi vetado o artigo pelo qual a lei entraria em vigor na data de publicação. De acordo com as razões do veto, “a norma possui amplo alcance, pois afeta os motoristas que circulam em rodovias nacionais e os órgãos de trânsito da Federação, e resulta na previsão de nova infração de trânsito, de gravidade média. Sempre que a norma possua grande repercussão, deverá ter sua vigência iniciada em prazo que permita sua divulgação e conhecimento”.

Segundo as normas do direito brasileiro, as leis entram em vigor 45 dias após a publicação, exceto se estiver explícita a data de início da vigência. Com o veto, então, a Lei 13.290/2016 entra em vigor daqui a 45 dias.

Após adiamento da reunião, CPI do HSBC deve votar hoje parecer de Ferraço

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do HSBC volta a se reunir hoje para votar o relatório final do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). A reunião foi suspensa ontem em razão da sessão do Congresso Nacional, reunido para exame de vetos presidenciais e análise da nova meta fiscal.

A CPI foi criada para investigar a evasão de divisas e a sonegação fiscal por meio de contas de brasileiros na filial suíça do banco HSBC, em episódio que ficou conhecido como Swissleaks.

Ferraço disse que há necessidade de aprofundamento das investigações. Por isso, a CPI encaminhará cópia de todos os documentos obtidos aos órgãos oficiais de fiscalização e controle para contribuir com a instrução dos processos em curso.

Também foi cancelada a reunião da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. A nova data da reunião ainda não foi marcada.

Um dos assuntos previstos na pauta era a votação de requerimento de informações e de dados estatísticos sobre casos de homicídio de mulheres relacionados a questões de gênero, com objetivo de avaliar a efetividade da Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015).

As informações devem ser solicitadas à Secretaria Nacional de Segurança Pública, aos órgãos de segurança pública das unidades da Federação e ao Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde. O pedido é da relatora, deputada Luizianne Lins (PT-CE).

Comissão que analisa segurança de barragens apresenta relatório final

Será apresentado hoje, por Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o relatório final da Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens. O colegiado foi criado para avaliar o tema após o desastre ocorrido na Barragem do Fundão, em Mariana (MG), no final de 2015.

Desde a instalação, em dezembro, os senadores do colegiado fizeram audiências

públicas e diligências para tentar entender as causas do rompimento da barragem e identificar pontos na legislação que podem ser aprimorados. A intenção é evitar falhas e prevenir que desastres como aquele voltem a acontecer.

A reunião para a apresentação do relatório está marcada para as 9h30, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CPI DO HSBC Votação

8h30 A CPI do HSBC se reúne para votar o relatório final do senador Ricardo Ferraço.

CAS Seleção de estagiário

9h A comissão vota o PLS 140/2015, do senador Acir Gurgacz, que proíbe a exigência de prévia experiência para a seleção de estagiário.

BARRAGENS Relatório final

9h30 O senador Ricardo Ferraço apresenta o relatório final à Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança de Barragens.

CCJ Poluição de manancial

10h A comissão vota o PLS 204/2015, que eleva a pena para poluição de manancial, e o PLS 56/2012, que institui responsabilidades para contratação de obras públicas.

IMPEACHMENT Plano de trabalho

11h A Comissão Especial do Impeachment discute o plano de trabalho.

PLENÁRIO Setor elétrico

14h Senadores votam a MP 706/2016, sobre concessões no setor elétrico.

PRESIDÊNCIA Votação

16h Renan Calheiros preside ordem do dia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Veto que negava o perdão a policiais e bombeiros militares grevistas foi um dos três rejeitados pelo Congresso. Entre os 20 mantidos, está o que trata da repatriação de recursos

Derrubada de veto permite a anistia de PMs

DEPOIS DE MAIS de 12 horas de sessão, que começou ontem e entrou pela madrugada, o Congresso derrubou 3 vetos presidenciais do total de 24 que travavam a pauta. A metade é ainda do ano passado.

Entre os itens rejeitados, está o que vetava a anistia para policiais e bombeiros participantes de movimentos grevistas em 2014 e o que vinculava a liberação de crédito rural à contratação de seguro do banco. Já com a derrubada de veto parcial sobre a venda de imóveis da União, os parlamentares garantiram o repasse aos municípios de 20% do valor da comercialização.

Anistia

Foi derrubado o veto total do Executivo ao projeto que anistia os policiais e bombeiros militares participantes de greves e manifestações, em 2014, por melhores salários no Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso do Sul e do Paraná.

O Ministério da Justiça recomendara o veto por entender que o projeto altera a legislação vigente, de outubro de 2011, que concede anistia aos policiais e bombeiros militares de outros 18 estados punidos por participar de movimentos reivindicatórios. A proposta ampliaria “o lapso temporal e territorial de anistia concedida”.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a anistia.

— É a isonomia de cinco estados brasileiros em relação a quase todas as outras unidades da Federação, que já anistiam essa categoria muito importante — disse.

Para o senador João Capiberibe (PSB-AP), é importante reconhecer o direito de mobilização dos militares.

— Temos que rever essa questão da segurança pública, principalmente dos fardados, que ainda são punidos pelas velhas regras da ditadura, com prisão.

Seguro rural

Os parlamentares também derrubaram veto ao projeto que atribui à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF), empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, a função de gerir o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural.

O texto que havia sido vetado pelo governo exige da instituição financeira a apresentação ao cliente de um mínimo de duas propostas de diferentes seguradoras na contratação de apólice de seguro rural como garantia para empréstimos rurais. A medida evita a cha-



Em sessão que entrou pela madrugada, Plenário do Congresso precisou analisar 24 vetos presidenciais antes de votar projeto sobre mudança na meta fiscal

mada venda casada.

Haveria ainda livre escolha do tipo de apólice e dos riscos cobertos quando da concessão de subvenção econômica pela União na contratação do seguro rural. E o poder público não poderia exigir a contratação desse seguro como condição para acesso ao crédito de custeio agropecuário.

O governo vetou esses trechos argumentando que as medidas desconsideravam a falta de padronização das apólices de seguro rural e sua ampla variação de cobertura.

Imóveis

Outra rejeição de veto deve assegurar o repasse aos municípios de 20% do valor da venda de imóveis da União. A Medida Provisória (MP) 691/2015 autorizou a União a vender parte de seus imóveis, inclusive terrenos de marinha, destinando os recursos ao Programa de Administração Patrimonial da União (Proap). O texto foi transformado na Lei 13.240/2015.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) criticou a concentração de renda por parte da União.

— Nós queremos que haja uma distribuição mais equânime a todos os municípios e, com isso, dar condição para suportar os gastos que existem no dia a dia — disse.

Repatriação

Com um item prejudicado (desconsiderado para votação por estar vencido), o Congresso manteve 20 vetos (veja quadro). O governo havia vetado, por exemplo, 12 dispositivos do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 186/2015, que permite a reinternação de recursos enviados ao exterior. Um deles é o que permitia o retorno ao Brasil de objetos

enviados de forma lícita, mas não declarada, como joias, metais preciosos e obras de arte.

Outro eliminou a possibilidade de parcelamento do pagamento da multa. Um terceiro retirou trecho que permitia o regresso de recursos que estão no nome de laranjas.

O veto também removeu a previsão de que só estaria proibido de aderir ao regime de repatriação quem tivesse sido definitivamente condenado pela Justiça.

Outra parte vetada dava garantia de que a multa aplicada na repatriação se destinasse a estados e municípios. A senadora Ana Amélia (PP-RS) lamentou as perdas para os municípios com a não aplicação da multa.

Bebidas

Também foi mantido o veto parcial ao projeto de lei de conversão da Medida Provisória 690/2015, que aumentou a tributação das bebidas quentes (vinho e destilados), dos produtos de informática e dos direitos de autor e de imagem. Todas as mudanças previstas no texto, convertido na Lei 13.241/2015, valem desde 30 de dezembro de 2015.

Um dos dispositivos vetados impunha para as bebidas quentes alíquotas máximas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) menores que o regulamentado por decreto, que vão de 10% a 30%.

Pelo texto vetado por Dilma, vinhos e licores pagariam alíquota de 6% em 2016 e de 5% em 2017. O rum e as aguardentes pagariam 17% de IPI em vez dos 30% que prevaleceram após o veto. Para o Executivo, por se tratar de um imposto regulatório, o IPI não pode ter alíquotas máximas definidas em lei.

(Com Agência Câmara)

Resultado da análise dos vetos presidenciais

VET 53/2015	Veto parcial apostado ao PLV 17/2015 (oriundo da MP 678/2015), que amplia Regime Diferenciado de Contratações.	✓ MANTIDO
VET 54/2015	Veto parcial a dispositivo do PLN 3/2015 (Lei 13.115/2015), que permitia a criação de cargos na Receita Federal e no Banco Central.	— PREJUDICADO
VET 55/2015	Veto parcial a dispositivo do PLN 19/2015, que alterou gestão do fundo do seguro rural.	✗ REJEITADO
VET 56/2015	Veto total ao PLC/17/2015, que concedia anistia a policiais militares que participaram de greves.	✗ REJEITADO
VET 57/2015	Veto parcial a dispositivo do PLV 20/2015, que autoriza aumento de taxas da Condecine.	✓ MANTIDO
VET 58/2015	Veto parcial ao PLV 22/2015 (oriundo da MP 685/2015), que institui o Programa de Redução de Litígios Tributários – Protelit.	✓ MANTIDO
VET 59/2015	Veto parcial ao PLV 23/2015, que impede participação de consumidores livres em leilões de energia.	✓ MANTIDO
VET 60/2015	Veto parcial ao PLV 21/2015 (oriundo da MP 684/2015), que muda regras de parceria entre poder público e ONGs.	✓ MANTIDO
VET 61/2015	Veto total ao PLS 186/2008, que garantia a índios uso de língua materna e processo próprio de aprendizagem.	✓ MANTIDO
VET 62/2015	Veto parcial ao PLV 24/2015 (oriundo da MP 691/2015), que autoriza a União a vender seus imóveis.	✗ REJEITADO
VET 63/2015	Veto parcial ao PLV 26/2015 (oriundo da MP 690/2015), que aumenta o IPI sobre bebidas e itens de informática.	✓ MANTIDO
VET 64/2015	Veto parcial ao PLN 1/2015, que sanciona LDO para 2016 com vetos ao reajuste do Bolsa Família.	✓ MANTIDO
VET 1/2016	Veto parcial ao PLC 77/2015, que cria o Marco Legal da Ciência e Tecnologia.	✓ MANTIDO
VET 2/2016	Veto parcial ao PLC 78/2015, que altera o Estatuto da OAB.	✓ MANTIDO
VET 3/2016	Veto parcial ao PLN 6/2015, que institui o Plano Plurianual para 2016–2019.	✓ MANTIDO
VET 4/2016	Veto parcial ao PL 186/2015 ou PLC 2.960/2015, que institui a Lei da Repatriação.	✓ MANTIDO
VET 5/2016	Veto parcial ao PLV 27/2015 (oriundo da MP 692/2015), sobre tributação de ganhos de capital.	✓ MANTIDO
VET 6/2016	Veto parcial ao PLC 101/2015, sobre o terrorismo.	✓ MANTIDO
VET 7/2016	Veto parcial ao PLC 50/2014, que normaliza venda de planos funerários.	✓ MANTIDO
VET 8/2016	Veto parcial ao PLV 28/2015 (oriundo da MP 695/2015), que autoriza BB e Caixa a comprarem empresas.	✓ MANTIDO
VET 9/2016	Veto parcial apostado ao PLV 2/2016 (oriundo da MP 693/2015), que concede medidas tributárias para a Olimpíada de 2016.	✓ MANTIDO
VET 10/2016	Veto parcial apostado ao PLV 25/2015 (oriundo da MP 696/2015), que reduz número de ministérios.	✓ MANTIDO
VET 11/2016	Veto parcial apostado ao PLS 437/2012, que disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores.	✓ MANTIDO
VET 12/2016	Veto parcial ao PLC 2/2011, que proíbe revistas íntimas no local de trabalho.	✓ MANTIDO

Senador participa de sessão do Congresso em que explica o afastamento do Ministério do Planejamento e as razões da mudança na previsão de déficit proposta por Temer

Romero Jucá reassume mandato no Senado

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) reassumiu o mandato ontem e participou da sessão do Congresso que discutiu a nova meta fiscal proposta pelo presidente interino Michel Temer (PLN 1/2016). Ele se afastou do Ministério do Planejamento diante da repercussão da divulgação, pelo jornal *Folha de S.Paulo*, na segunda-feira, de uma conversa sua com o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, investigado pela Operação Lava Jato. A Transpetro é uma empresa vinculada à Petrobras.

Jucá disse que a nova previsão de déficit nas contas públicas, de R\$ 170,5 bilhões, é uma mudança de paradigma em relação a um “governo atrasado”. Segundo ele, o cálculo tira da conta anterior recursos oriundos de uma eventual recriação da CPMF, R\$ 35 bilhões em repatriação de recursos no exterior que não entraram e outras receitas em que houve queda.

— Essa meta fiscal é um número realista, responsável, que tira da conta um superávit fantasma que o governo anterior propôs.

O senador acrescentou que a proposta do governo Michel Temer permite retomar investimentos importantes no Brasil, como a transposição do Rio São Francisco, as adutoras de água no Nordeste, obras em estradas, além de possibilitar mais recursos para a saúde. Também contempla a renego-



Jucá reforça que pediu para o Ministério Público avaliar se houve crime ou conduta irregular em conversa gravada e diz que fará discurso hoje para debater assunto

ciação das dívidas dos estados e dos municípios, afirmou.

Defesa

Em relação ao diálogo revelado pelo jornal *Folha de S.Paulo*, Jucá alegou que não há nada na conversa que ele não tenha dito anteriormente à imprensa e em discursos no Senado. Acrescentou que não fez nenhuma ação para impedir a investigação da Lava Jato e que o jornal fez interpretações “errôneas” da conversa. Disse ainda que Temer pediu que ele continuasse no governo, mas que preferiu se afastar para que os fatos

sejam esclarecidos.

Jucá reiterou que pediu ao Ministério Público Federal que analise se há “crime ou imputação de conduta irregular” no diálogo e disse que voltará ao assunto no Senado hoje.

— Desse assunto, quero dizer que tratarei amanhã [hoje], num discurso no Plenário do Senado, e estarei à disposição para debater com todos: fundamentalistas, petistas, arrivistas, qualquer um que queira levantar qualquer tipo de questionamento — anunciou, classificando crítica da oposição de “atrasada, irresponsável e babaca”.

Oposição critica revisão orçamentária e conversa gravada do ex-ministro

Logo que o presidente do Senado, Renan Calheiros, abriu a sessão do Congresso destinada a analisar vetos presidenciais e a alteração da meta fiscal, muitos parlamentares se pronunciaram sobre a reportagem da *Folha de S. Paulo* que revela gravação de conversas entre Romero Jucá e Sérgio Machado.

Para os opositores ao governo interino do presidente Michel Temer, a conversa indica que o impeachment da presidente Dilma Rousseff está relacionado a suposto pacto para deter as investigações da Lava Jato.

Segundo Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a gravação mostra que essa era de fato a intenção e que o afastamento de Dilma, a que se referiu como “golpe”, era uma condição para a ideia prosseguir:

— Não precisamos mais explicar o golpe. Quem explicou o golpe perfeitamente, quem falou de todas as artimanhas do acordo e da única forma capaz de parar a Operação Lava Jato foi o senador Romero Jucá, conversando com o companheiro de partido, Sérgio Machado, que disse que só havia uma forma de parar a Lava Jato, tirando a presidente Dilma do poder e que haveria um acordão envolvendo inclusive o Supremo Tribunal Federal — afirmou a senadora.

Lindbergh Farias (PT-RJ) apelou para que a votação da nova meta fosse suspensa. O senador sugeriu que a proposta fosse apreciada antes pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), e não diretamente no Plenário do Congresso.

No entanto, o presidente do Senado, que dirige as sessões conjuntas, usou de prerrogativa regimental e adotou o encaminhamento direto ao Plenário.

Lindbergh observou que essa será a primeira vez que uma alteração da meta fiscal será adotada sem prévio exame na CMO e sem acordo de líderes para o tema seguir direto a Plenário.

Cheque em branco

Lindbergh, assim como a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) e alguns deputados, destacou ainda que a argumentação a favor do impeachment foi baseada no argumento da responsabilidade fiscal.

Disse estranhar que, apenas uma semana depois da abertura do processo contra Dilma, o Congresso seja chamado a decidir sobre uma ampliação do déficit para R\$ 170,5 bilhões, limite 300% maior em relação ao proposto por Dilma. Isso sem que exista, na sua visão, claros indicativos sobre o nível de queda das receitas e sem que o governo atual explique como pretende utilizar margem de gastos tão maior.

— Os senhores estão dando um cheque em branco. Um cheque para ampliação de gastos, não como a Dilma fez, que foi para ampliar programas sociais. Infelizmente, agora os senhores estão dando um cheque em branco para pagar a conta do impeachment, com negociação com parlamentares, governadores e empreiteiras. É para isso que quero chamar a atenção dos senhores — argumentou.

Protocolada no Conselho de Ética representação contra o senador

O senador Telmário Mota (PDT-RR) substituiu, na tarde de ontem, por uma representação o pedido de abertura de processo contra Romero Jucá (PMDB-RR) por quebra de decoro parlamentar que havia protocolado no Conselho de Ética do Senado pela manhã.

O primeiro pedido foi feito na forma de denúncia, assinada por Telmário e pelo presidente nacional do PDT, Carlos Lupi. O novo documento foi

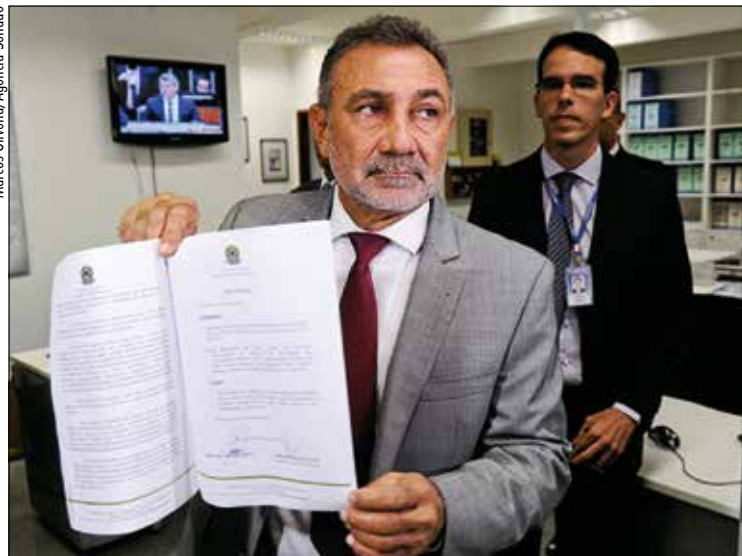
feito na forma de representação, assinada pelo PDT como partido político — não apenas por dois de seus integrantes —, por consequência, com mais força política.

Referindo-se à recente cassação do mandato de Delcídio do Amaral, acusado de tentar obstruir as investigações da Operação Lava Jato, os autores da denúncia afirmam que “novamente vem à luz do amplo conhecimento público

gravação de conversa em que um senador, agora Romero Jucá, protagoniza diálogo com um interlocutor, e que tem como tema a mudança de rota do andamento daquelas investigações”.

“É clara, sem sombra de dúvidas, a intenção do senador denunciado de buscar proteção pessoal e se esquivar do alcance das investigações, mediante um grande acordo. A nosso sentir, não há qualquer dúvida de que Romero Jucá abusou de suas prerrogativas constitucionais, pois realizou conversa incompatível com a conduta de um parlamentar”, afirma ainda o texto.

A representação, que vai tramitar como Petição ao Conselho de Ética 6/2016, terá trâmite igual ao do documento anterior: se julgada procedente a representação, será aberto um processo contra Jucá no conselho. O presidente do colegiado, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), terá cinco dias para decidir se dará curso ou não ao pedido.



Telmário entrou com representação pedindo cassação do mandato de Jucá

Previsão apresentada pelo governo Temer aumenta em quase R\$ 74 bilhões o saldo negativo das contas públicas calculado pela equipe da presidente afastada Dilma Rousseff

Congresso acata meta com deficit de R\$ 170,5 bi

AO FIM DE quase 17 horas de sessão, o Congresso aprovou na madrugada de hoje mudança proposta pelo governo interino de Michel Temer na meta fiscal para 2016, prevendo deficit (saldo negativo) de R\$ 170,5 bilhões. Com isso, o Brasil completará três anos consecutivos sem conseguir fazer economia para pagar os juros da dívida pública.

A alteração, que agora segue para sanção presidencial, é determinada pelo PLN 1/2016 e incide sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano. A LDO previa originalmente um superavit (saldo positivo) de R\$ 24 bilhões. Uma mudança na meta já havia sido proposta em março, na gestão da presidente afastada Dilma Rousseff. Sob alegação de queda de arrecadação e aumento dos gastos públicos, a previsão de superavit foi transformada em estimativa de deficit de R\$ 96,7 bilhões.

A equipe econômica de Temer, porém, refez os cálculos, excluindo a previsão de arrecadações consideradas incertas — como a recriação da CPMF, que está em discussão, e a repatriação de recursos no exterior, ainda não efetivada.

Segundo o Ministério do Planejamento, a revisão também obedece a “recentes entendimentos provenientes dos órgãos de controle”, em referência à necessidade de correção das chamadas pedaladas fiscais (atrasos de repasses de recursos do Tesouro Nacional aos bancos públicos). Esse tipo de manobra fiscal foi recusada pelo TCU em 2015, quando da análise das contas do governo federal do ano anterior. A prática embasou denúncia que resultou na abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff.



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente interino Michel Temer anunciaram medidas econômicas relacionadas à nova meta fiscal

O projeto não foi votado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) e seguiu direto para o Plenário. Se não conseguisse aprovar a nova meta até a próxima semana, o governo seria obrigado a cortar R\$ 137,9 bilhões nas despesas não obrigatórias, para garantir o superavit previsto na LDO, além dos R\$ 44,6 bilhões já contingenciados no primeiro bimestre.

Discussão

Apesar do quadro deficitário para a União, o novo texto aponta, até março, superavit primário de R\$ 8,1 bilhões para os estados e de R\$ 1,2 bilhão para os municípios. Os montantes, somados, superam em R\$ 2,7 bilhões a meta originalmente prevista na LDO 2016.

O relator do PLN 1 na CMO, deputado Dagoberto (PDT-MS), desempenhou o mesmo papel no Plenário. Segundo ele, o projeto enviado por Temer é

semelhante ao concebido por Dilma, tendo como diferença apenas o horizonte da meta fiscal.

Nogueira disse que chegou a conversar com o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa, que participou da elaboração do texto original do PLN 1. Segundo o relator, Barbosa manifestou o entendimento de que o novo número é “justo”.

O senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) disse que a nova meta é reflexo da condução econômica do governo afastado.

— Hoje é um dia importante para a sociedade brasileira tomar conhecimento do tamanho do desfalque que foi praticado no país. A nova meta fiscal explicita a irresponsabilidade do governo [Dilma] e escancara a maneira como ele enganava a população.

Já o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) disse que o cálculo proposto pela

atualização do projeto não tem base na realidade e busca justificar um arrocho econômico.

— Este número é absolutamente artificial e incorreto. É uma metodologia contraditória que busca criar um cenário de terra arrasada, que não é o da economia brasileira hoje, para justificar medidas que visam atingir os programas sociais.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) foi outro a criticar a metodologia de cálculo do novo texto e disse enxergar uma contradição no discurso da base de apoio ao atual governo, que pretende rebaixar a meta fiscal agora, mas criticava a mesma postura quando estava na oposição.

— Querem um deficit de R\$ 150 bi em oito meses porque erraram ao criminalizar a política fiscal. Agora querem jogar a meta lá para baixo. Pensam que enganam a quem? Destruíram o instituto da meta fiscal.

Para oposição, projeto deveria ter sido analisado antes pela CMO

Parlamentares da oposição pediram a retirada do PLN 1/2016 da pauta antes de sua análise. O deputado Afonso Florence (PT-BA) argumentou que as mudanças no texto apresentadas na segunda-feira pela equipe de Temer exigiriam a abertura de novo prazo para proposição de emendas na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

— O texto substituto retira a identificação da alocação dos gastos autorizados com o deficit, que estava no projeto. Nós queremos ter a oportunidade de reinserir — afirmou o deputado.

Renan Calheiros rejeitou a questão de ordem e disse que a prática adotada é a mesma que vinha sendo usada para as alterações de metas fiscais nos últimos anos.

— Dilma Rousseff mandou duas mensagens como essa no ano passado e o prazo de emendas não foi reaberto. Nós agimos da mesmíssima maneira. Não se trata nem de presidente Dilma nem de presidente Michel, trata-se de interesse do Brasil, e o Congresso Nacional tem responsabilidade com isso.

A senadora Vanessa Grazziotin questionou o fato de a CMO não

ter dado parecer sobre o projeto de mudança da meta. A comissão não atingiu quorum de deliberação em nenhuma das reuniões.

— Em nenhum momento, o Congresso votou uma lei que trata de orçamento sem o parecer da CMO.

Ela mencionou uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) referente à aprovação de uma medida provisória diretamente em Plenário, sem passagem por comissão mista. Segundo ela, o STF determinou que as comissões mistas sempre dessem parecer às matérias que dizem respeito a elas antes da votação em Plenário.

Renan respondeu que, como presidente do Congresso, tem a prerrogativa de levar matérias diretamente para o Plenário e disse que a decisão do STF não se aplica ao caso do PLN 1/2016 nem à CMO.

— Todos os anos nós votamos matérias orçamentárias com parecer oral no Plenário. A decisão do STF é específica para medidas provisórias.

A oposição também apresentou requerimento para inverter a pauta, o que jogaria a votação da nova meta para depois de outros itens na fila de votação do Congresso. O pedido, porém, foi rejeitado.

Realismo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), que participou da atualização do PLN 1 como ministro do Planejamento, disse que o ajuste marca o início de um período de mais realismo fiscal e orçamentário no governo. Ele observou que a nova meta leva em conta despesas e necessidades que eram ignoradas pelo texto original do projeto.

— Já estive neste Plenário diversas vezes mudando a meta de superavit para deficit, porque o governo não fazia um orçamento realista. Esta é uma noite histórica porque o governo mudou na sua política fiscal e orçamentária.

Entre as despesas que passam a ser consideradas na nova meta fiscal, Jucá elencou as obras da transposição do Rio São Francisco, investimentos em educação e saúde e pagamento de aluguéis de embaixadas brasileiras. O senador também apontou que o novo cálculo incorpora a renegociação das dívidas de estados e municípios.

A sessão teve vários momentos de muita discussão, com parlamentares interrompendo os oradores. Os senadores Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Lindbergh Farias, em diferentes ocasiões, ocuparam as tribunas em protesto contra o tempo de fala concedido a eles, que entenderam ser menor do que o Regimento Comum garantia.



Pela manhã, o projeto não foi votado na Comissão Mista de Orçamento devido a falta de quorum

Ministro falará sobre militares e impeachment

Titular da Defesa terá de dizer a comissão se comandantes das Forças Armadas respaldaram afastamento de Dilma, conforme gravação entre senador e ex-chefe da Transpetro

O MINISTRO DA Defesa, Raul Jungmann, terá de esclarecer ao Senado se os comandantes militares respaldaram o afastamento da presidente Dilma Rousseff e monitoraram os movimentos sociais no país, conforme foi exposto na conversa entre o senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado divulgada pela *Folha de S.Paulo*.

O pedido de esclarecimentos foi feito por Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— Não me consta que entre as atribuições das Forças Armadas esteja intrometer-se nos assuntos que dizem respeito à vida política brasileira e monitorar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Queremos saber com quais comandantes militares Jucá dialogou sobre o processo de impedimento de Dilma Rousseff — declarou Randolfe.

Caso as questões não sejam respondidas até a semana que vem, o senador disse que será necessário convocar Jungmann para prestar os esclarecimentos pessoalmente.

A CDH aprovou outro requerimento de Randolfe, de convocação do ministro da Saúde, Ricardo Barros, para explicar declarações polêmicas divulgadas pela *Folha*. A redução do escopo de atuação



Ao lado de Regina Sousa, Paulo Paim conduz sessão em que comissão aprovou a realização audiências com ministros do governo Michel Temer

do Sistema Único de Saúde (SUS) e a dispensa da fiscalização dos planos de saúde pelo governo foram temas abordados na reportagem que motivaram a reação do senador.

— Causa espécie saber que o ministro interino da Saúde teve sua campanha financiada por planos de saúde — comentou Randolfe.

Além disso, quatro requerimentos do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), foram aprovados ontem. Três deles

tratam da convocação de ministros do governo Temer — do Trabalho, Ronaldo Nogueira, do Desenvolvimento Social e Agrário, Osmar Terra, e da Fazenda, Henrique Meirelles — para prestar contas de mudanças na estrutura dos respectivos ministérios.

— Nunca imaginei que o Ministério da Previdência, com mais de 80 anos, iria ser extinto e virar um “puxadinho” do Ministério da Fazenda — afirmou Paim. O quarto requerimento estabelece

que o ciclo de debates a ser realizado em todo o país sobre trabalho escravo, terceirização e atuação do educador social começará por Florianópolis e Curitiba.

Por fim, foi aprovado um requerimento de Regina Sousa (PT-PI) que pede uma audiência com o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, sobre a absorção pela pasta das atribuições nas áreas de direitos humanos e defesa das mulheres.

Aumento no repasse para o fundo dos estados deve ser votado hoje

A proposta para mudar a Constituição e garantir o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Estados (FPE) deve ser votada hoje pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A PEC 4/2012, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), com parecer favorável do relator, Walter Pinheiro (sem partido-BA), garante aos cofres estaduais benefício semelhante ao que foi assegurado aos municípios em 2007, pela Emenda Constitucional nº 55, que acresceu um ponto percentual ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Esses fundos são compostos por recursos obtidos de dois impostos federais: o de Renda (IR) e o sobre Produtos Industrializados (IPI). O ajuste proposto por Ferraço eleva o

percentual de repasse sobre a receita desses dois impostos dos atuais 48%, determinados na Constituição, para 49%.

Ferraço diz na justificativa da PEC que a União tem como compensar essa perda na sua arrecadação, já que após 1988, com a nova Carta, criou várias contribuições, como a incidente sobre combustíveis (Cide), que não entram na composição desses fundos. Além disso, os incentivos concedidos no IPI incidente sobre diversos setores produtivos reduziram os repasses tanto para o FPM quanto para o FPE. Portanto, como concorda o relator, a proposta é um instrumento de compensação aos estados. Se aprovada na CCJ, a PEC será submetida a dois turnos de discussão e votação pelo Plenário.

Texto facilita envio de material genético ao exterior

A remessa de material genético ao exterior poderá ser facilitada em caso de surto ou epidemia. É o que estabelece projeto que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve analisar na reunião de hoje, às 9h. Do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), a proposta (PLS 26/2016) autoriza a direção nacional do Sistema Único de Saúde (SUS), em situações epidemiológicas que caracterizem emergência em saúde pública, a adotar procedimento simplificado de envio ao exterior de amostra que contenha informação de origem genética.

O projeto também assegura a participação nos benefícios da exploração econômica de produto acabado, processo ou material reprodutivo proveniente do acesso a esse tipo de informação.

Serra cita como exemplo os recentes casos de microcefalia relacionados com o vírus Zika. Segundo ele, a despeito dos esforços para controlar a disseminação da doença, que exigem colaboração internacional, ficou patente a dificuldade de acesso de cientistas e instituições de fora do país a amostras brasileiras do vírus — por conta de restrições legais.

Serra, atual ministro das Relações Exteriores, argumentou que o projeto pretende suprir essa lacuna, criando um mecanismo mais ágil, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de estudos e pesquisas voltadas para a prevenção e o tratamento de doenças. A proposta receberá decisão final. Para a relatora, Ana Amélia (PP-RS), o projeto é uma forma de dar uma resposta mais rápida a caso de surtos ou epidemias.

A senadora destaca que o texto busca resguardar os interesses econômicos brasileiros.

A comissão também vai votar, em turno suplementar, o substitutivo de Marta Suplicy (PMDB-SP) ao projeto que assegura, no caso do falecimento da mulher durante ou logo após o parto, o direito de licença-maternidade e salário-maternidade ao cônjuge, companheiro ou companheira, mesmo que a falecida não fosse segurada da Previdência Social. O projeto (PLS 492/2015), de Aécio Neves (PSDB-MG), foi aprovado em primeiro turno há uma semana.

Também constam da pauta o projeto que proíbe a exigência de prévia experiência para a seleção de estagiários (PLS 140/2015) e o que trata das férias de empregado aposentado por invalidez (PLC 184/2015).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Coordenação de Edição: Silvio Burle
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Site: www.senado.leg.br/noticias

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Para cientistas, fusão de ministérios é retrocesso

Governo Temer uniu Comunicações a Ciência, Tecnologia e Inovação. Segundo comunidade científica, pesquisas serão prejudicadas

CIENTISTAS E SENADORES disseram que é um retrocesso a fusão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com o das Comunicações, feita pelo presidente interino Michel Temer. As críticas foram feitas ontem numa audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O presidente da CCT, Lasier Martins (PDT-RS), afirmou que enviará um ofício a Temer pedindo o restabelecimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, afirmou que o Brasil precisa entender que ciência, tecnologia e inovação devem ser objeto de uma política de Estado.

— O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação é um ministério transversal, que perpassa todas as áreas do conhecimento — explicou.

Helena disse que a ciência brasileira, embora jovem, tem avançado na interdisciplinaridade. No que se refere à inovação, entretanto, não mostra bons resultados por causa do baixo número de patentes.

— O Brasil está muito bem com suas universidades, com o número de citações. Nós estamos mal é em número de patentes. Esse é um calcanhar de aquiles que temos que resolver — afirmou.

A presidente da SBPC criticou os valores orçamentários



O senador Lasier Martins (C) preside a audiência em que cientistas se queixaram da fusão entre o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia

destinados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, observando que equivalem aos que haviam sido direcionados à pasta em 2001.

— É assustador. Aumentou o número de pesquisadores e de pesquisas, mas o financiamento é o mesmo de 15 anos atrás.

Para Elíbio Leopoldo Rech Filho, titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC), o Brasil precisa aumentar os recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento — que atualmente ficam em torno de 2% do PIB, enquanto em outros países correspondem a 3%.

Para o acadêmico, a descontinuidade nos processos do ministério poderá ser “um atraso perigoso e irreversível para o país”.

O superintendente Científico, Tecnológico e de Inovação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, Manoel Santana Cardoso, afirmou que a fusão entre os dois ministérios representa um risco à ciência e à tecnologia,

porque é um setor que precisa de autonomia para reforçar sua agenda.

— Não é uma questão de não ver a importância do Ministério das Comunicações. Mas a ciência e a tecnologia têm que ter uma agenda própria, têm que ter um órgão que as represente de maneira autônoma.

Da mesma forma se manifestou o secretário-executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Henrique de Sousa Balduino. Ele questionou qual seria a verdadeira motivação para unir os dois ministérios e afirmou que a fusão é um retrocesso.

— Não podemos pautar o projeto estratégico do país por respostas simbólicas em momentos de conveniência da política.

A CCT pretende ouvir o novo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Gilberto Kassab, sobre a questão.

Senadores defendem que presidente interino separe pastas

Os senadores Jorge Viana (PT-AC), Cristovam Buarque (PPS-DF), Hélio José (PMDB-DF) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o deputado Celso Pansera (PMDB-RJ), ex-ministro da Ciência e Tecnologia, criticaram a fusão dos ministérios.

Para Viana, um dos autores do requerimento da audiência pública, trata-se de um absurdo:

— Agora o Brasil quer fazer o pior dos negócios, que é pôr uma pedra em cima do conhecimento, do desenvolvimento científico. Nós tínhamos que estar pedindo desculpas à comunidade científica, porque só agora nós fizemos o marco regulatório. O fim do Ministério da Ciência e Tecnologia é inconcebível — lamentou.

Segundo Cristovam, o ensino superior deveria ser incorporado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e

Inovação, para que o Ministério da Educação dê atenção especial à educação de base. Ele chamou de “insanidade” a extinção da pasta.

Pansera pediu o apoio dos senadores para ampliar o valor do deficit fiscal de 2016 para que a área de ciência e tecnologia obtenha espaço no seu orçamento.

— Seria importante que os senadores nos ajudassem na aprovação dessa emenda, ampliando em R\$ 600 milhões o orçamento do ministério, o que fará com que ele respire um pouquinho, voltando, por exemplo, a oferecer bolsas no exterior, cortadas por falta de orçamento — disse.

De acordo com Lasier Martins, que preside a CCT, o público que se manifestou pelo Portal e-Cidadania se disse majoritariamente contrário à fusão dos dois ministérios.

Projeto aumenta punição para empresa envolvida em corrupção

O PROJETO QUE endurece a punição para empresas envolvidas em irregularidades contra o setor público está pronto para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De iniciativa de Raimundo Lira (PMDB-PB), o PLS 614/2015 aumenta a multa aplicada a empresas envolvidas em atos lesivos ao patrimônio público.

Hoje essa taxa oscila entre 0,1% e 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos. O projeto fixa a multa entre 0,3% e 25% do faturamento bruto.

A proposta altera a Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013). Para as empresas já enquadradas por atos de corrupção con-

tra a administração pública que voltarem a incorrer na prática, a multa será de 0,5% a 30% do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos também os tributos. A empresa ficará sujeita a suspensão temporária das atividades por dois a seis meses e até ao encerramento das atividades, se transgredir pela terceira

vez. “Criar novas e mais duras penalidades para empresas que participam desses ilícitos é uma medida imperiosa, que permitirá punir com mais rigor as pessoas jurídicas que incidem em condutas condenadas pela lei e terá o caráter pedagógico de desestimular as que chegarem a cogitar trilhar os caminhos da ilicitude no trato com a administração pública”, observa Lira no relatório.

Leniência

As medidas têm o aval da relatora na CCJ, Simone Tebet (PMDB-MS). “Constata-se que essa legislação não tem sido capaz de reprimir eficazmente o cometimento de ilícitos contra a administração pública por parte de pessoas jurídicas. Muitas dessas empresas avaliam que compensa infringir as normas legais, em face de sanções débeis que propiciam a prática de atos de corrupção,

hoje tão presentes no âmbito governamental em todas as suas esferas administrativas”, argumenta a senadora no relatório.

Com o advento dos acordos de leniência, introduzidos na Lei Anticorrupção por medida provisória em 2015, a relatora apresentou emenda para ajustar o PLS 614/2015 à nova realidade jurídica. Assim, propôs que as sanções mais rigorosas sejam aplicadas às empresas envolvidas em delitos com o setor público caso não tenha sido firmado acordo de leniência na esfera administrativa. Esses acordos são feitos com o governo para aliviar a punição das empresas que colaborarem na investigação de desvios contra a ordem econômica.

Se o PLS 614/2015 for aprovado na CCJ e não houver recurso para exame pelo Plenário do Senado, será enviado direto para a Câmara.



Construtora Andrade Gutierrez vai pagar R\$ 1 bilhão depois de firmar acordo de leniência, que reduz a pena de empresa

Especialistas defenderam que as mudanças em tarifas e a abertura de capital das empresas vão melhorar o atendimento e os preços aos passageiros tanto nas rotas aéreas quanto na infraestrutura de aeroportos

Para debatedores, MP pode melhorar serviços aéreos

A NECESSIDADE DE melhorar os serviços dos aeroportos, aumentar as rotas aéreas dentro do Brasil e reduzir o preço das passagens, especialmente para o interior do país, foi destacada na audiência feita ontem pela comissão mista que analisa a Medida Provisória 714/2016.

Os participantes do debate afirmaram que esses são alguns dos resultados esperados com a aprovação da MP, que prevê o fim do Adicional de Tarifa Aeroportuária em 2017 e o aumento da participação estrangeira no capital das companhias aéreas brasileiras, de 20% para 49%.

O presidente da comissão, senador Hélio José (PMDB-DF), disse que o atual momento da aviação civil requer modernização e maior abertura para investimentos.

— Depois de passarmos por seguidas altas de demandas por tickets aéreos, a situação se inverteu e enfrentamos quedas recorrentes. A MP pode fomentar novamente a demanda — afirmou.

Rogério Teixeira Coimbra, da Secretaria de Política Regulatória do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil,

disse que a MP permite que a Infraero tenha um aumento de receita para, por exemplo, viabilizar a melhoria dos serviços de infraestrutura e expansão dos aeroportos.

O diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), tenente-brigadeiro do ar Carlos Vuyk de Aquino, sugeriu uma emenda à MP que possibilite a transferência de subsidiárias da Infraero que tenham como objeto a navegação aérea ao Comando do Aeronáutica e ao Ministério da Defesa, que já executa 85% de toda a atividade de controle de tráfego aéreo no Brasil. Assim, a Infraero ficará mais focada em infraestrutura aeroportuária.

Preço exorbitante

Superintendente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Ricardo Bisinotto Catanant disse que a abertura prevista na MP não levará as empresas estrangeiras a dominar o mercado nacional nem expulsará as companhias brasileiras das rotas internacionais.

O relator, deputado Zé Geraldo (PT-PA), destacou a

preocupação com a retirada de voos das rotas menos lucrativas e com os preços “exorbitantes” de serviços nos aeroportos:

— Você chega a pagar R\$ 5 em um cafezinho ou em uma água mineral.

O diretor financeiro da Infraero, Thiago Pereira Pedroso, disse que em alguns lugares a concorrência pelo espaço de serviços nos aeroportos é muito maior do que a demanda. Como é um processo público, há licitação por aquele aluguel, o que acaba alavancando o preço, repassado ao consumidor.

— O que tem sido feito é a busca de disponibilização de novos espaços para serem licitados para os serviços.

O deputado Otavio Leite (PSDB-RJ) disse que as rotas que têm mais passageiros dividindo o custo do voo tendem a ser mais baratas do que as rotas que têm menos passageiros. A solução para atenuar essa diferença, segundo ele, está numa maior concorrência no setor.

— Não se pode garantir que, ao liberar capital estrangeiro, vai ser criada uma empresa nova, mas a probabilidade é muito grande.



Jane de Araújo/Agência Senado - 19/05/2016

Renan considera fundamental estabelecer um teto de gastos para o país

Renan: Senado procura saída para o país e fez o dever de casa na crise

AGENDA BRASIL

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que as medidas fiscais e econômicas anunciadas pelo presidente da República interino, Michel Temer, demonstram que, “na crise, o Senado fez o dever de casa”.

— Das quatro medidas anunciadas, três já passaram no Senado Federal, porque, em todos os momentos da crise, o Senado teve muita preocupação com uma agenda para o país que significasse uma saída — afirmou Renan.

O presidente do Senado se referia à decisão do governo de priorizar, no Congresso Nacional, o projeto que flexibiliza as regras de participação da Petrobras na exploração do pré-sal e as propostas que tratam da governança dos fundos de pensão e estatais. Todas matérias aprovadas no Senado e enviadas para análise da Câmara dos Deputados.

Em fevereiro, os senadores aprovaram o Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, que revoga a participação obrigatória da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal. Em março, foi aprovado o PLS 555/2015, que cria a Lei de Responsa-

bilidade das Estatais. E, em abril, o Senado aprovou um substitutivo ao PLS 388/2015, que propõe novas regras para a gestão dos fundos de pensão públicos e dificulta a influência de partidos políticos na indicação de dirigentes e conselheiros dessas entidades.

Outra medida que começou a ser discutida no Senado, lembrou Renan, é a que impõe um teto aos gastos públicos. Michel Temer pretende enviar ao Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição que limite o aumento anual dos gastos públicos à inflação do ano anterior.

— Do ponto de vista do país, é fundamental que se ponha um teto de gastos. Essa medida era uma das propostas contidas na chamada Agenda Brasil. Nós precisamos disso para, definitivamente, ter um parâmetro para que, todos os anos, a gente não tenha que reduzir a meta fiscal — afirmou Renan.

O Projeto de Resolução do Senado (PRS) 84/2007, que define um limite global para o montante da dívida da União, foi aprovado pela Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional e está pronto para ser votado no Plenário do Senado.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)



Comissão mista recebeu ontem representantes do Ministério dos Transportes, Infraero, Anac e Comando da Aeronáutica

Presidente pode ser responsabilizado por atraso em nomeações

Atraso na escolha e nomeação de autoridades poderá enquadrar o presidente da República por crime de responsabilidade contra a probidade na administração pública, segundo projeto pronto para ser votado, em decisão final, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)

A proposta (PLS 299/2015), de Marta Suplicy (PMDB-SP), deve ser enviada, em seguida, à Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado.

As autoridades alcançadas

pelo projeto são ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU). Inclui ainda presidente e diretores do Banco Central, procurador-geral da República, chefes de missão diplomática de caráter permanente e outros dirigentes cuja indicação também precisa passar pelo crivo do Senado, como os diretores de agências reguladoras.

O presidente da República, para não incorrer em crime, teria que cumprir os prazos de

60 dias, a partir do surgimento da vaga, para a escolha do indicado e 15 dias para nomeação do indicado aprovado pelo Senado.

Prazos

Segundo o projeto, caso os senadores rejeitem o escolhido, o presidente da República terá 30 dias, a partir dessa decisão, para fazer nova indicação. O prazo de 15 dias para nomeação após a manifestação do Senado também vale nessa hipótese.

Marta disse que uma eventu-

al demora no preenchimento de cargos de direção vagos nas agências reguladoras motivou a proposta.

“Esse fato compromete não somente a independência das decisões, mas também a sua legitimidade, em especial, com a multiplicação dos diretores interinos, que não passam pelo crivo do Poder Legislativo, e suas decisões podem ser contestadas”, ponderou a senadora na justificativa do texto.

No caso de atraso na nomeação dos indicados já aprovados pelo Senado, a autora da pro-

posta avaliou configurar “claro desrespeito ao Legislativo, cuja competência constitucional é desprezada sem que haja, na legislação, previsão de algum mecanismo de sanção contra o violador da norma.”

Para o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), a mudança proposta por Marta na Lei dos Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/1950) deverá contribuir para o bom andamento da administração pública, favorecendo ainda a estabilidade e a harmonia nas relações entre os Poderes da República.